

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA: HISTÓRIA, APLICABILIDADE E
IMPORTÂNCIA DESTA METODOLOGIA DE ENSINO PARA O BRASIL E AS
FAMÍLIAS RURAIS**

MATINHOS

2014

LUCIANA PEREIRA ORTEGA

**PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA: HISTÓRIA, APLICABILIDADE E
IMPORTÂNCIA DESTA METODOLOGIA DE ENSINO PARA O BRASIL E AS
FAMÍLIAS RURAIS**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Fabiana Cristina Bonin

MATINHOS

2014

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 2 PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA..... | 6 |
| 2.1 HISTÓRIA E DEFINIÇÃO..... | 6 |
| 2.2 ALUNOS, PROFESSORES, COMUNIDADE E A RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA..... | 8 |
| 2.3 DADOS ESTATÍSTICOS: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM NÚMEROS | 10 |
| 2.4 A VISÃO CONTEMPORÂNEA PARA A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA..... | 10 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 11 |
| 3.1 LOCAL DE PESQUISA, POPULAÇÃO E QUANTIDADE..... | 11 |
| 3.2 TIPO DE PESQUISA..... | 11 |
| 3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS..... | 12 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 12 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 14 |
| REFERÊNCIAS..... | 15 |
| APÊNDICE..... | 17 |

PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA: HISTÓRIA, APLICABILIDADE E IMPORTÂNCIA DESTA METODOLOGIA DE ENSINO PARA O BRASIL E AS FAMÍLIAS RURAIS

Luciana Pereira Ortega¹

Fabiana Cristina Bonin²

Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral

RESUMO: A educação dos alunos camponeses brasileiros tem sido negligenciada ao longo dos anos, não havendo políticas públicas condizentes com suas necessidades no que tange ao currículo, infraestrutura, tecnologias, entre outros, reafirmando assim o conceito de atraso imputado à figura estigmatizada do trabalhador rural. A valorização e ressignificação do trabalho e da vida no campo fomentados pela Pedagogia de Alternância apresenta-se talvez como único meio de ensino adequado à agricultura familiar, criando vínculos entre o conhecimento teórico e técnico, necessários à vida camponesa e urbana, cabendo ao aluno camponês na proposta atual desta modalidade de ensino, fazer suas próprias escolhas conforme suas aptidões. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi de realizar uma análise sobre as perspectivas dos alunos camponeses do Colégio Estadual Almirante Tamandaré, na cidade de Cruzeiro do Oeste- PR quanto aos temas ligados à escola, a família, ao trabalho e a permanência no campo. A pesquisa teve caráter exploratório, utilizando-se questionários abertos a respostas pessoais. Ficou evidente a necessidade de implementação de políticas públicas mais eficazes relacionadas ao povo camponês no sentido de desconstruir os paradigmas e sanar as principais dificuldades utilizando-se de um sistema que já se mostra eficaz em experiências pelo país há anos, a Pedagogia de Alternância.

1 INTRODUÇÃO

A população camponesa no Brasil e no mundo carrega como estigma o papel de setor mais atrasado da sociedade, gerando entre outros problemas o êxodo rural, levando centenas de famílias do campo para a cidade, na maioria das vezes sem uma formação adequada, acabando por criar um problema ainda maior, tanto para as famílias migrantes como para as cidades, que não possuem estrutura para receber tantas pessoas.

¹ Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo - EaD, Universidade Federal do Paraná - Polo UAB de Cruzeiro do Oeste – PR, lucianaportega@hotmail.com

² Graduada em Ciências Biológicas; Esp. em Morfofisiologia do Organismo Humano, Esp. em Mídias Integradas a Educação, Esp. em Educação a Distância, Professora de Ciências da Rede Estadual de Ensino; Orientadora. fcbonin@gmail.com

Quando observados os índices educacionais, percebe-se que os níveis de analfabetismo nas áreas rurais são sempre maiores do que nas urbanas bem como o atraso escolar, caracterizando-se ainda nos dias de hoje o abandono escolar em grande escala, ou seja, alunos que deixam de estudar para ajudar na renda familiar (BRASIL, 2010). Outro ponto a se destacar refere-se às políticas públicas. Em geral o que se observa é que existe um sistema educacional criado segundo as necessidades urbanas, mesmo havendo quase que uma igualdade no número de escolas rurais e urbanas, sendo então este sistema levemente adaptado ao meio rural. Esse sistema traz prejuízos enormes à população camponesa que de forma geral apresenta-se em dois fatores: o capital sociocultural e a qualidade da oferta.

Diante da precariedade do capital sociocultural, decorrente do desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população. A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. (BOF, 2006, p. 21).

Os dados do Censo Escolar de 2002 já mostravam que embora houvesse equidade no número de escolas rurais e urbanas, as rurais atendiam naquele ano apenas 37% dos alunos que residem no campo, sendo os 63% restantes transportados para as escolas urbanas (BRASIL, 2003). O transporte escolar, portanto funcionava de forma contrária a proposta de fixar o homem no campo, destoando das políticas públicas contemporâneas.

O que se observa é que os pais dos alunos camponeses muitas vezes não acreditam na educação rural, seja por deficiência do sistema educacional ou por vontade de levar o aluno para o meio urbano e no pior dos casos (o que ainda é comum) acabam por retirar o aluno da escola antes dele completar sua formação básica. O aluno por sua vez, estudando numa escola dita rural, mas com um currículo que coloca de lado sua realidade e necessidades locais, acaba por sentir-se desmotivado dada a falta de uma ligação entre o que aprende na escola e o que vê no seu dia-a-dia. Nesse sentido, surgiu no Brasil em 1969 a Pedagogia de Alternância, doravante designada P. A. (RODRIGUES, 2009).

Este trabalho busca refletir sobre a importância da P.A. para a população rural brasileira, qual sua aplicabilidade, quem é seu público alvo e como a agricultura

familiar pode ser afetada por ela. Assim, será definido o que é a P.A., seu diferencial curricular e a sua aceitação no país. Tida como uma solução para praticamente todos os problemas do campo no que tange a oferta de educação básica aos filhos de agricultores, a P. A., oferecida pelas Escolas Família Agrícola (EFAs), ainda é relativamente desconhecida pelo público, tendo sido pouco abordada em estudos científicos, mesmo sendo clara a sua importância para o meio rural e para o Brasil como um todo.

No sentido de contrastar e confrontar a teoria com a realidade local, procurou-se compreender por meio do instrumento questionário, sob a perspectiva dos alunos camponeses do Colégio Estadual Almirante Tamandaré de Cruzeiro do Oeste, as relações entre a escola, a família, o campo e a cidade, bem como os projetos para o futuro quanto a trabalho e formação superior.

2 PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA

2.1 HISTÓRIA E DEFINIÇÃO

A Pedagogia de Alternância teve início em meados de 1930 numa França que vivia um momento posterior à revolução industrial e uma guerra mundial, fatores que transformaram a realidade social, criando o status de avanço para a vida urbana em detrimento da rural. Estes acontecimentos afetaram especialmente as famílias de pequenos produtores rurais, o que gerou o êxodo rural, surgindo, portanto a necessidade de um modelo de educação voltada para a realidade do povo camponês.

Este modelo de educação levava em conta a partida dessas famílias para a cidade, mas também visava criar formas alternativas de propiciar educação para quem ali escolheu continuar vivendo de modo que fosse possível aliar trabalho, desenvolvimento e estudo, evitando-se longos deslocamentos diários para a cidade bem como valorizando em seu currículo elementos do cotidiano da vida rural. É importante destacar que já naquele momento o camponês passava a ser considerado como “atrasado” e mesmo “preguiçoso”, ou seja um “elemento sem condição de ser integrado ao processo de desenvolvimento do país” (LIMA, 2013, p. 28)

O movimento foi iniciado por apenas três agricultores e um padre no interior da França, percebendo-se que os jovens estavam desinteressados por esta escola além de não valorizarem o meio rural em que viviam. (VERGUTZ, 2013). A presença do padre Abbé Granereau nesta iniciativa não foi por acaso, visto que as famílias camponesas eram naquele momento altamente ligadas e influenciadas “pelo pensamento social da igreja [...] na formação de organizações camponesas e na formação de lideranças” (ANDRADE e ANDRADE, 2012, p. 04).

Na década de 70 este movimento começa a ser expandido, sobretudo para o Nordeste Brasileiro. Eram criados então comitês nos municípios com participação efetiva da igreja católica local. “Geralmente para a construção dessas EFAs eram realizados mutirões, campanhas de materiais, trabalho de divulgação, diagnóstico da realidade local, sendo assumido pelas famílias e/ou amigos da EFA.” (CRUZ; TORRES, 2010, p. 03). Embora fosse apenas o começo, a experiência já se mostrava transformadora, movendo a comunidade, integrando a escola ao cotidiano dos alunos e das famílias, mesmo sendo considerado um movimento pequeno e não reconhecido oficialmente.

O impacto dessas escolas era já imediato, pois iniciava-se discutindo as condições de saúde, higiene, trabalho e outros aspectos da vida familiar-comunitária. Nesse sentido, eram feitas campanhas de filtros de barros visando melhorar a qualidade da água consumida, fossas sépticas (secas), incentivo ao consumo de verduras, envolvimento nas organizações sociais, preservação do meio ambiente, dentre outras ações necessárias na época. (CRUZ; TORRES, 2010, p. 03).

Só a partir de 1999 os alunos que se formavam em escolas embasadas na proposta de alternância recebem reconhecimento do MEC, não sendo mais necessário prestar exames adicionais ou complementações de estudo para se obter certificação do ensino fundamental e médio.

Faz-se necessário destacar que não existe uma única corrente de pensamento em torno desta modalidade de ensino no Brasil, embora exista um diferencial importante a ser destacado em nosso país como um todo, as contribuições do pensamento libertador e conscientizador de Paulo Freire. Num primeiro momento entende-se que pedagogia de alternância compreende

um projeto diferenciado e destacado pela educação do campo, porque tem a preocupação de proporcionar a formação sem desvincular o aluno do campo, do seu meio familiar e cultural, trabalhar os confrontos dos saberes

científicos com os saberes cotidianos na interface dos diferentes espaços – formação profissional e a importância das instituições públicas e privadas durante a trajetória formativa do alternante para o aperfeiçoamento dos jovens. (JESUS, 2010, p. 09)

Entretanto, segundo Queiroz (2004), podemos entender a P. A. por vários enfoques, havendo várias possibilidades de acordo com as instituições e programas presentes no Brasil. Nesse contexto, observa-se que conforme o espaço e metodologias há variações significativas “que vão desde simples alternâncias entre tempos e espaços, sem nenhuma preocupação de ligação, de interação e de sintonia, até uma bem elaborada integração”. (QUEIROZ, 2004, p. 92).

2.2 ALUNOS, PROFESSORES, COMUNIDADE E A RELAÇÃO DE INTERDEPENDENCIA.

O aspecto mais relevante nesta modalidade de ensino em relação as demais pedagogias, em especial a tradicional, é a fundamental integração da escola com a comunidade desde o projeto, perpassando pelo planejamento anual, a criação e constante construção dos documentos escolares como o projeto político pedagógico, planos de trabalho docentes e acima de tudo, as atividades de sala de aula em diálogos permanentes com as realizadas no ambiente sócio profissional e familiar.

Trabalhar com a P. A. compreende então propiciar meios e condições de dar autonomia ao aluno, mas uma autonomia que se alimenta da interação e partilha (VERGUTZ, 2013).

Uma vez que a P.A. é efetivamente empregada em uma determinada comunidade, ela nunca mais será a mesma, passando por processos de transformações sociais e culturais na vida de todos os envolvidos. De acordo com Cruz e Torres (2010), o Estado de Rondônia, a título de exemplo, com cinco Escolas Familiares criadas a partir de 1989 e mantidas até o tempo atual, desenvolve ações que envolvem inúmeras famílias camponesas por meio de tradições festivas criadas neste contexto e de introdução de tecnologias, dando condições a continuidade de estudos dos jovens, promovendo a formação de jovens camponeses conscientes de seu papel social no contexto da sociedade seja ela rural ou urbana.

Para que isso ocorra, segundo Vergutz (2013, p. 05) entende-se que as “ações sejam pensadas pelos sujeitos de direito que as exigem, que estão no campo, ou melhor, que tenham os pés sujos de barro, de terra e não elaboradas para o meio rural por indivíduos sem envolvimento direto com esse contexto”. No planejamento e replanejamento do ano letivo esta visão integradora mais uma vez mostra-se norteadora das ações pedagógicas das EFAs. Logo no início do ano, diferentemente do que ocorre na maioria dos colégios urbanos e tradicionais, os professores e monitores realizam visitas às famílias, fazendo um levantamento da realidade, das necessidades, anseios e objetivos das famílias para com seus filhos e para a comunidade como um todo. Munidos do conhecimento gerado por este contato e troca de experiências, a escola do campo não trabalha com um aglomerado de disciplinas independentes apenas pensando nos conteúdos a serem vencidos ao longo do ano, mas sim com um currículo pautado nos alunos, protagonistas desse processo.

Nesta prática educativa o monitor/professor se torna um catalisador da formação, pois, ele é o articulador deste somatório de forças. Por isso, as características básicas desse profissional consistem na capacidade de liderança, animação e comunicação, tanto dentro da equipe como em toda escola. (CRUZ; TORRES, 2010)

Do mesmo modo que no início do ano, durante os bimestres o trabalho dos professores/monitores também muda bastante. Uma das formas de organização traz uma semana por mês de salas de aula vazias. Assim, nesse período os docentes elaboram seus planos de aula, discutem possíveis alterações e adequações e visitam as comunidades atendidas pela escola. (RODRIGUES, 2009)

Segundo Queiroz (2004) tanto as visitas como o calendário escolar respeitam o calendário agrícola da região em que a escola está situada além de gerar um apoio e assessoramento técnico e pedagógico. Nessas visitas o estudante também é orientado em relação à propriedade em que se encontra e em seu projeto de vida profissional.

Desse modo o ensino torna-se do e para o campo, pois cria-se um ensino voltado para os camponeses, valorizando sua realidade, pensando em sua participação e integração, ampliando os conhecimentos científicos aliados aos do

censo comum, dando ao povo campesino o direito de estudar e aprender onde se vive. (CALDART, 2009).

2.3 DADOS ESTATÍSTICOS: A PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA EM NÚMEROS.

Segundo Begnami (2004), no Brasil existem em funcionamento 268 Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância CEFFAs, sendo 148 EFAs e 120 Casas Familiares Rurais (CFRs), que ofertam Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico Profissionalizante, distribuídos em 20 Estados. Considerando que este movimento começou no Brasil em 1968, num período de pouco mais de 40 anos obteve-se uma média superior a seis escolas fundamentadas na P. A. por ano. Considerando que apenas 06 estados brasileiros não possuem instituições educacionais pautadas nesta pedagogia compreende-se que esta metodologia já está consolidada no país.

Tanto as EFAs como os CFRs oferecem formações em nível de Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e profissionalizante. A maior parte dos cursos técnicos profissionalizantes ofertados em alternância, são em nível de ensino médio nas especificidades do Técnico em Agricultura e Técnico em Agropecuária, não havendo ainda tantas opções para o aluno camponês. (VERGUTZ, 2013).

2.4 A VISÃO CONTEMPORÂNEA PARA A PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA

Rodrigues (2009) aponta que a EFA traz de volta o aluno que antes desistia dos estudos por conta da dificuldade de se transportar aos centros urbanos e que não via razão no ensino que não levava em conta sua realidade local, mas vai além, pois segundo a autora os alunos, em sua maioria (cerca de 70%), buscam o ensino superior, índice superior ao obtido nas escolas públicas urbanas que não chegam a 60%.

A P.A. levou muito tempo até ser reconhecida oficialmente e mesmo depois de mais de 40 anos de sua primeira experiência em nosso país, pouco se ouve falar sobre o tema, os estudos científicos são mínimos, havendo ainda estados que não aplicam esta modalidade de ensino de nenhuma forma oficial. Parte desse fato pode

ser explicado pela maneira que a sociedade em geral ainda considera nosso país como um todo. Segundo Cruz e Torres (2010, p. 05)

o modelo econômico e tecnológico dominante no País aperfeiçoa a reprodução ampliada do capitalismo no campo excluindo, espoliando, concentrando renda, fortalecendo o latifúndio, não preservando a natureza, promovendo a expansão da monocultura de culturas para exportação, bem como das grandes fazendas de bovinocultura de corte.

Sem dúvida a P.A. apresenta-se como uma possibilidade de transformação do campo e é inegável seu avanço ao longo dos anos. Ainda assim, mesmo com a legitimação alcançada, esta metodologia ainda está longe de se tornar um consenso, havendo quem alegue que este modelo perpetue crianças e adolescentes no campo e por consequência uma política pública. Se a maior parte dos alimentos do país são produzidos por pequenos produtores e por outro lado muitos pequenos municípios tem uma economia essencialmente rural, fica a dúvida, a quem serve nossas políticas urbano-centristas?

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 LOCAL DE PESQUISA, POPULAÇÃO E QUANTIDADE

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Almirante Tamandaré - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, localizado na Rua Rocha Pombo, 85, na cidade de Cruzeiro do Oeste - Pr.

O trabalho elaborado envolveu 26 alunos, sendo 13 alunos da 1ª série, 06 da 2ª série, 01 da 3ª série do ensino médio e 06 alunos do Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissional de Recursos Humanos. Este trabalho de pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa segundo Neves (1996) este método leva a “entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados”.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa é de caráter exploratório e teve como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, com vistas a torná-lo mais explícito ou a

constituir hipóteses” (GIL, 2002 p. 08). Intencionou-se reafirmar ou refutar as informações prévias à pesquisa ou a descoberta de intuições. As informações contidas para análise deste trabalho caracterizaram-se como um estudo que se enquadra na abordagem qualitativa, podendo ser caracterizada como qualitativo genérico ou básico, do tipo baseado em revisão de literatura e pesquisa de campo.

3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Com base nas informações obtidas na pesquisa bibliográfica acerca da educação rural, da população camponesa brasileira, suas necessidades e objetivos, e sobretudo, a luz da P.A., buscou-se, por meio do uso de questionário padrão contendo 12 questões abertas de opinião pessoal, compreender a realidade do aluno camponês formando-se em escola urbana, sob sua perspectiva, na tentativa de compreender seu cotidiano, sua vida familiar, sua relação atual com o campo e seus projetos futuros.

Todos os alunos foram entrevistados nas dependências do colégio supracitado, sem intervenção da pesquisadora, com apoio da equipe escolar, cabendo aos alunos responder segundo seu próprio conhecimento sobre os temas apresentados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 26 alunos envolvidos na pesquisa, aproximadamente 62% são do sexo feminino e 38% do sexo masculino, o que reflete uma contradição local, o maior número de habitantes do sexo masculino em idade escolar (05 aos 19) domiciliados na cidade de Cruzeiro do Oeste não se confirma nos números escolares, reafirmando uma realidade nacional histórica de abandono escolar, sobretudo no ensino médio, especialmente do público masculino camponês. (BRASIL, 2010)

O público alvo da pesquisa foram os adolescentes camponeses, alunos do ensino médio, com idade entre 14 e 17 anos. Suas famílias são grandes em quase todos os casos. Aproximadamente 38% das famílias têm entre 5 a 10 membros, 47% são compostas por 4 pessoas e somente 15% das famílias possuem apenas 3

integrantes. Todos os alunos que participaram da pesquisa residem em área rural, mas estudam em escola urbana.

A maioria dos alunos reside em propriedades de médio e grande porte, o que representa cerca de 70%. No que tange ao tamanho, de vila rural a fazendas há diferenças de 1 a 550 alqueires. Aproximadamente 62% das propriedades pertencem às famílias dos alunos e o restante a terceiros que contratam os chefes de família como funcionários ou caseiros. As fazendas pertencem aos grandes produtores e as propriedades pequenas e médias pertencem em sua maioria às famílias dos alunos.

Cerca de 62% dos alunos afirmam gostar de morar na área rural, seja por ser um ambiente calmo, haver menos violência ou por ser um espaço de isolamento de barulhos urbanos e baixa frequência de pessoas, o restante no entanto afirma não gostar quase que a maioria dos casos pelos mesmos motivos, além de problemas como a falta de infraestrutura e falta de atividades de lazer.

A produção agrícola é a mais variada possível nessas propriedades. As pequenas produzem milho, leite, mandioca, abóbora, café, banana, entre outros produtos próprios da agricultura familiar, embora algumas nada produzam. Cerca de 54% das famílias que residem nestas propriedades dependem total ou parcialmente da própria produção para sua subsistência. As grandes propriedades produzem soja, milho, trigo, eucalipto, gado de corte e leiteiro. Trata-se portanto de uma reprodução do que acontece no país como aponta Cruz e Torres (2010).

Aproximadamente 70% dos alunos embora morem no campo não trabalham nas propriedades rurais, dos 30% restantes metade afirma “ajudar” e os demais trabalham regularmente.

Quando perguntados se o ensino escolar ajuda na vida cotidiana rural e no trabalho aproximadamente 43% disse que sim, explicando por exemplo que a matemática ajuda em qualquer contexto, 35% disse que não ajuda em nada, dado que ensina “coisas da cidade” e 22% não souberam dizer se ajuda ou não. Essa questão reafirma o exposto por Rodrigues (2009) no que tange ao currículo, que coloca de lado a realidade e necessidade locais dos alunos oriundos no campo.

Questionados se pretendem continuar morando e posteriormente cuidando da propriedade 58% disseram que não, 38% disseram que sim e 4% que não sabem.

O número de intenção de permanência do aluno no campo mostrou-se baixo, reafirmando uma constante na realidade campestre, que é o êxodo rural ainda como

prática comum. Vergutz (2013) aponta o caminho do desenvolvimento da autonomia do aluno a partir de uma pedagogia criada por quem conhece a realidade do campo e não por pessoas fora desse contexto. Este fator evidenciou-se ainda mais alarmante ao analisar-se o tópico relativo aos projetos para o futuro dos alunos sujeitos desta pesquisa, alunos do ensino médio que em um ano ou dois já terão que por seus planos em prática.

Dos 26 alunos, apenas 8% pretendem estudar e exercer uma profissão ligada diretamente ao campo, sendo agronomia e medicina veterinária. Aproximadamente 89% pretende formar-se em algum outro curso superior como psicologia, direito, medicina, engenharia civil e mecânica. Os demais pretendem conseguir um trabalho na cidade e de forma genérica “fazer algum curso”.

Observados os índices encontrados no estudo, em paralelo ao estudo de Caldart (2009), o aluno do campo tem o direito de estudar e aprender onde vive, com um currículo que valorize sua realidade, aliando conhecimentos do censo comum aos científicos, dando condições ideais de continuidade da vida no campo em benefício de toda a sociedade rural e urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas significações apresentadas, a vida no campo mostrou-se ainda “assombrada” pelo estigma do atraso social, econômico e educacional, visto que comparados aos dados urbanos, a vida rural apresenta características marcantes de abandono de políticas públicas voltadas a sua realidade e necessidades.

A educação, fator de maior poder de transformação social, reflete e perpetua esses problemas, perdendo alunos ano a ano, seja pela dificuldade de transporte, pela descrença das famílias nas escolas rurais, ou pelo currículo que em nada ou quase nada colabora na formação do homem no campo.

Estes problemas já são notados no Brasil e no mundo há muito tempo e as primeiras tentativas de mudar esta realidade começou na França em 1930 com a P.A., cujo objetivo era criar formas alternativas de propiciar educação no campo de modo que fosse possível aliar trabalho, desenvolvimento e estudo, evitando-se longos deslocamentos diários para a cidade bem como valorizando em seu currículo elementos do cotidiano da vida rural.

A pesquisa de campo realizada no Colégio Estadual Almirante Tamandaré na cidade de Cruzeiro do Oeste - PR veio confirmar a problemática apresentada pela literatura. Alunos camponeses sem escolas voltadas a sua realidade, sem um trabalho ligado a vida no campo potencializa o êxodo rural, tornando as pequenas propriedades rurais em ambientes pensados para o descanso e isolamento da vida urbana, para alunos que se formarão em cursos pouco ou nada relacionados ao campo.

Buscou-se portanto com o estudo evidenciar a necessidade de implementação da P.A. como opção de transformação da educação rural brasileira a todo o seu público, dentro do que se espera nos dias de hoje desta modalidade de ensino que objetiva dar conhecimento técnico e teórico tanto para a vida rural como urbana, num sistema de educação que enfim não estigmatize o agricultor, dando-lhe pluralidade de opções pautadas em planejamento, integração e políticas públicas adequadas a sua realidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gilmar dos Santos; ANDRADE, Edjane de Souza. **Historiando a Pedagogia da Alternância e a Escola Família Agrícola do Sertão da Bahia.** Revista Produção on-line. Edição Nº 07 V. 2 Ano III - Caderno Temático V: Educação, Escolas e Movimentos Sociais do Campo Bahia: UFRB, 2012. Disponível em: < <http://www.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/edicoes-entrelacando> > Acesso em 25 de janeiro de 2014.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. **Revista da Formação por Alternância.** Brasília: UNEFAB, 2006, n. 3. p. 24-47.

BOF, Alvana Maria (org). **A Educação no Brasil Rural.** Brasília, 2006.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 18 de fevereiro de 2014.

_____. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2003.** Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acesso em 18 de janeiro de 2014.

CALDART, Roseli. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica C. (Orgs). **Por uma educação do campo.** Vozes: Petrópolis/RJ, 2009.

CRUZ, Nelbi Alves da; TORRES, Artemis Augusta Mota. **Pedagogia da alternância: uma metodologia própria e apropriada das escolas famílias agrícolas protagonizada pelos camponeses**. Florianópolis, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, José Novais de. **A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás**. Goiânia, 2010.

LIMA, Humberto Rodrigues de. **A pedagogia da alternância nas Casas Familiares Rurais do Paraná: uma possibilidade de integração entre ensino médio e educação profissional**. Curitiba, 2013.

NEVES, José Luiz. **Pesquisa qualitativa – Características, Usos e possibilidades**. São Paulo, 1996.

QUEIROZ, João Batista P. de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. Brasília, Departamento de Sociologia, 2004.

RODRIGUES, Cinthia. Título original: **Salvação da lavoura**. Revista Nova Escola. Edição 225. São Paulo, setembro de 2009.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. **O caminho da aprendizagem na Pedagogia da Alternância e o sujeito alternante**. Santa Cruz do Sul, 2013.

**APÊNDICE A: DESTINADO AOS ALUNOS QUE CURSAM O ENSINO MÉDIO E RESIDEM
NA ÁREA RURAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Nome _____

-
- ✓ **Este questionário é formado por 12 (doze) questões e visa elucidar alguns pontos sobre a vida no campo e a educação.**
 - ✓ **Todas as questões devem ser respondidas respeitando o enunciado de cada uma.**
 - ✓ **Por favor, não deixe questões em branco. Suas respostas ajudarão no alcance dos objetivos.**
-

- 1) Qual seu gênero? () Masculino () feminino
- 2) Qual a sua idade e série?
- 3) Quantas pessoas compõem a sua família, entre pais e irmãos, tios e tias, pessoas que moram na mesma casa?
- 4) Mora em () chácara () sítio () fazenda () vila rural.
- 5) A propriedade rural pertence à família ou a terceiros?
- 6) Qual o tamanho da propriedade?
- 7) Gosta de morar na zona rural? Justifique sua resposta.
- 8) O que é produzido na propriedade? A renda da família depende produção?
- 9) Você trabalha no campo?
- 10) O que você aprende na escola te ajuda no trabalho?
- 11) Pretende continuar morando e cuidando da propriedade?
- 12) Quais seus projetos para o futuro? O que pretende fazer depois que terminar o ensino médio?